

## **ADOCIMENTO E MEDICALIZAÇÃO DE PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS FRENTE A PRECARIZAÇÃO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO**

*Marilda Gonçalves Dias Facci*   
Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Maringá, PR, Brasil

*Marina Beatriz Shima Barroco Esper*   
Universidade Estadual de Maringá (UEM)  
Maringá, PR, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.22409/mov.v7i15.42453>

### **RESUMO**

O objetivo desse trabalho é discutir sobre o uso de medicamentos por professores, apresentando dados de uma pesquisa realizada com docentes de duas universidades públicas do Paraná e tomando como referência alguns pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural. Inicialmente, trataremos do contexto do adoecimento e finalizaremos discorrendo, mais especificamente, a respeito do uso de medicamentos, ilustrando com informações obtidas a partir do resultado de pesquisa realizada a partir da aplicação de 52 questionários que foram respondidos por professores. Como resultado, constatamos que 32 (61, 54%) afirmaram que tomaram algum medicamento nos últimos 12 meses; e quanto aos motivos do adoecimento, alegaram o seguinte: estresse/desgaste emocional/tensão/pressão psicológica (17 respostas); sobrecarga de trabalho (9 respostas); relações interpessoais conflituosas na academia (6 respostas). Essas e outras respostas apresentadas levam-nos à conclusão de que os docentes estão utilizando medicamentos para conseguirem lidar com a precarização do trabalho vigente na atualidade, que conduz, entre outros fatores, ao produtivismo, à competição entre pares e ao mercantilismo da educação, por exemplo, fazendo com que haja o processo de alienação, no qual há uma ruptura entre sentido e significado da atividade pedagógica. O uso de medicamentos pelos professores precisa ser compreendido levando-se em conta a totalidade que envolve o desenvolvimento da prática docente, cuja subjetividade está atrelada a condições histórico-sociais que produzem o adoecimento docente.

**Palavras-chave:** Adoecimento. Trabalho docente. Ensino superior. Medicalização. Psicologia Histórico-Cultural

## **ILLNESS AND MEDICALIZATION BY UNIVERSIT'S PROFESSORS DUE TO PREACARIZATION AND INTENSIFICATION OF LABOR**

### **ABSTRACT**

The use of medicines by university professors is discussed by employing data retrieved from a survey with professors of two government-run universities in the state of Paraná, Brazil, based on Historical and Cultural Psychology. The context of falling ill and the use of medicines will be analyzed based on data from a survey of 52 questionnaires filled by university professors. Results show that 32 (61.54%) stated that they took some kind of medicine during the last twelve months. They also insisted on the motives of their illnesses, namely, stress/emotional weariness/tension/psychological pressure (17 responses); overwork (9 responses); clashing interpersonal relationships among colleagues (6 responses). The above and other replies demonstrate that university professors are using medicine to cope with current precariousness of labor which may lead towards competition between peers and mercantilism of education, among other factors. Consequently, an alienation process is triggered by which a rupture between meaning and significance of pedagogical activity occurs. The use of medicines by university professors should be understood within the full context of the development of the teaching practice whose subjectivity is bonded to historical and social conditions that cause teachers' illness.

**Keywords:** Illness. Professor labor. Higher education. Medicalization. Historical and cultural psychology.

## **ENFERMEDAD Y MEDICALIZACIÓN DE PROFESORES UNIVERSITARIOS FRENTE A LA PREACARIZACIÓN E INTENSIFICACIÓN DEL TRABAJO**

### **RESUMEN**

El objetivo de ese estudio es discutir sobre el uso de medicamentos por profesores, presentando datos de una investigación realizada con docentes de dos universidades públicas de Paraná y tomándose como referencia algunos presupuestos de la Psicología Histórico-Cultural. Inicialmente, trataremos del contexto del padecimiento y finalizaremos explayando, más específicamente, a respecto del uso de medicamentos, ilustrando con informaciones obtenidas a partir del resultado de investigación realizada a partir aplicación de 52 cuestionarios que fueron contestadas por profesores. Como resultado, constatamos que 32 (el 61, 54%) afirmaron que tomaron algún medicamento en los últimos 12 meses; y a respecto a los motivos del padecimiento, alegaron lo siguiente: estrese/desgaste emocional/tensión/presión psicológica (17 respuestas); sobrecarga de trabajo (9 respuestas); relaciones interpersonales conflictivas en la academia (6 respuestas). Esas y otras respuestas presentadas nos llevan a la conclusión de que los docentes

están utilizando medicamentos para conseguir lidar con la precarización del trabajo vigente en la actualidad, que conduce, entre otros factores, al productivismo, a la competición entre pares y al mercantilismo de la educación, por ejemplo, haciendo con que haya el proceso de alienación, en el cual hay una ruptura entre sentido y significado de la actividad pedagógica. El uso de medicamentos por los profesores precisa ser comprendido llevándose en cuenta la totalidad que abarca el desarrollo de la práctica docente, cuya subjetividad está atada a condiciones histórico-sociales que producen el padecimiento docente.

**Palabras clave:** Enfermedad. Trabajo docente. Enseñanza universitaria. Medicalización. Psicología Histórico-Cultural.

### Introdução

Pouco se tem discutido sobre o adoecimento e o uso de medicamentos pelo professor universitário. Esper (2019), ao fazer um levantamento de artigos publicados sobre esse tema na biblioteca eletrônica de periódicos *SCIELO – Scientific Electronic Library Online*, constatou que as temáticas referentes ao sofrimento/adoecimento do professor podem ser organizadas nos seguintes eixos: 1) competição entre pares, gerada no processo de busca forçada por publicação; 2) predominância do quantitativo sobre o qualitativo, na qual mais vale a quantidade do que a qualidade do material produzido, gerando um produtivismo exacerbado; 3) capitalismo no meio acadêmico, que remete ao processo de mercantilização do saber, no qual a universidade, no que tange à produção de conhecimento, vem se assemelhando às indústrias, e o conhecimento se torna mercadoria, conforme analisam Trein e Rodrigues (2011); 4) dano da qualidade de vida do professor, com perda do tempo de lazer, invasão da jornada de trabalho na vida particular e avanço das tecnologias e suas consequências na falta de delimitação entre ambiente de trabalho e de lazer, conforme constatou Leite (2017); 5) modificação do papel do professor, sendo mais um fabricante de *papers* (PIOLLI et al, 2015) do que o que tem como finalidade ensinar (LEMOS, 2011; OLIVEIRA et al, 2017; VILELA et al, 2013); 6) precarização do trabalho docente, gerando insegurança, instabilidade do professor com relação ao seu trabalho e o aumento do número de atividades a serem assumidas; e 7) falta de ética na universidade, gerada pela necessidade de ser produtivo, levando a uma qualidade duvidosa do que vem sendo produzido,

plágios, autoplágios e demais imposturas intelectuais que influenciam negativamente a saúde física e psíquica dos professores.

Esses fatores, característicos do momento vivenciado no capitalismo, tem levado professores a se afastarem do trabalho por problemas de saúde, ou mesmo a fazerem uso de medicamentos para conseguirem realizar as tarefas cotidianas. Esper (2019) ressalta que, de maneira geral, os autores dos artigos pesquisados encontraram nas condições de trabalho, na lógica produtiva, as causas do sofrimento/adoecimento do professor universitário.

A literatura e nossa prática no ensino superior têm demonstrado que o professor que resiste às medidas que afetam seu trabalho tendem a adoecer com maior frequência. Conforme conceitos abordados pela Psicologia Histórico-Cultural, a atividade exercida pode ser emancipadora ou alienante, dependendo das relações de sentido e de significado que promove. Logo, a busca de unidade entre aquilo que o professor crê ser o papel da educação e o que exerce ou é forçado a exercer, causa intensos incômodos, e essa é, em nosso entendimento, a gênese de grande parte de seus sofrimentos e adoecimento, levando-o muitas vezes ao consumo de medicamentos.

Considerando essa breve introdução, o objetivo desse artigo é discutir sobre o uso de medicamentos por professores, apresentando dados de uma pesquisa realizada com professores de duas universidades públicas do Paraná. Tomaremos como referência alguns pressupostos da Psicologia Histórico-cultural. Inicialmente, trataremos do contexto do adoecimento e finalizaremos discorrendo, mais especificamente, a respeito do uso de medicamentos, ilustrando com alguns dados da pesquisa mencionada.

## **1. Compreensão sobre o sofrimento/adoecimento**

Consideramos importante expor para os leitores qual a compreensão que temos sobre o sofrimento/adoecimento, tomando como referência alguns pressupostos da Psicologia Histórico-cultural, fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Nessa visão, entendemos que a transformação da natureza, por meio do trabalho, formou o homem, historicamente, conforme podemos ver em Marx (1988), e precisa levado em conta ao considerarmos o adoecimento do trabalhador. Por meio do trabalho o homem transforma a natureza, começa a produzir seus meios de vida, seus alimentos, e cria instrumentos físicos e simbólicos, como expõe Vygotski (1995), para mediar sua relação com a natureza e com outras pessoas.

Markus (1974) entende que a criação desses instrumentos, que no processo histórico vão se tornando cada vez mais complexos, permitem ao homem, juntamente com as relações sociais estabelecidas, dar continuidade à transformação da natureza, passando de um ambiente natural para um ambiente cultural, no qual nasce, se apropria dos bens da humanidade e cria, cotidianamente novas objetivações.

Para Lessa (2012, p. 26) o trabalho é a categoria fundante do homem e com o capitalismo se tornou abstrato, “[...] uma atividade social assalariada, alienada do capital” (LESSA, 2012, p. 26). Com isso, a capacidade produtiva do homem se tornou mercadoria e a sua força de trabalho é paga pelo salário.

Tumolo e Fontana (2008) consideram que os professores, na categoria de trabalhador assalariado, vivenciam um processo de precarização, de rebaixamento salarial, de desqualificação, da perda do controle do processo de trabalho, do desprestígio social da ocupação, entre outras situações. Como trabalhador, o docente sofre um processo de estranhamento na sua atividade de ensinar, assim como ocorre em outras profissões.

Antunes (2002) e Netto e Carvalho (2015), baseados em Marx (2008), falam de quatro formas de estranhamento do homem em relação ao trabalho: 1) estranhamento em relação à natureza, ao seu objeto: quanto mais o homem produz menos tem para consumir; 2) não reconhecimento na sua própria atividade produtiva, o trabalho é somente um meio para conseguir dinheiro e adquirir mercadorias necessárias para sua subsistência; 3) estranhamento do gênero humano, uma vez que se apropria parcialmente daquilo que os homens, no percurso histórico, já produziram; e 4) do homem pelo próprio homem, que,

conforme afirma Marx (2008, p. 86), quer dizer que “[...] um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles [está estranhado] da essência humana.” Esse estranhamento, esse processo de alienação pode causar sofrimento/adoecimento e precisa ser levado em conta quando estudamos essa temática.

A concepção de sofrimento psíquico que adotamos em nossos estudos tem como intuito considerar todos os processos da vida do indivíduo, desconsiderando a concepção de doença como algo apenas orgânico e restrito ao sujeito. A concepção de sofrimento psíquico, com base nas contribuições de Almeida (2018), tem como foco olhar/considerar os processos que resultam em obstruções à vida, em obstáculos nos quais as mediações não são efetivas para as transformações dos sujeitos, provocando, conseqüentemente, enrijecimento na forma como esses se relacionam consigo mesmos, com os outros e com a realidade em que vivem.

De igual maneira, Martins (2018) traz a discussão sobre o sofrimento psíquico também considerando os obstáculos que se interpõem entre o sujeito e a realidade. A autora compreende que o sofrimento pode ser identificado no homem por meio da consciência que tem dos obstáculos existentes para suprir as necessidades que impulsionam a ação, na ausência de encontrar alternativas que possibilitem superar os problemas enfrentados.

Podemos dizer que esse sofrimento do professor nas relações de trabalho, tomando como referência a Teoria da Atividade de Leontiev, tem vinculação com os significados e sentidos que o mesmo dá à atividade docente. A atividade é realizada por meio da apropriação dos significados e, nas palavras de Leontiev (1978b), o significado reflete a realidade, independentemente da relação pessoal que o indivíduo estabeleça com ela.

Embora sejam produzidos socialmente, os significados não são apropriados como reflexo de espelho. O indivíduo atua ativamente nesse processo de apropriação dos significados e eles adquirem um sentido pessoal. Esses sentidos “[...] refletem os motivos engendrados pelas relações vitais reais do homem”, conforme assevera Leontiev (1978a, p. 121).

No caso da atividade do professor, levando em conta o que propõe Saviani (2003) e Vigotski (2000), o significado do seu trabalho é levar os alunos a se apropriarem dos conhecimentos científicos, produzidos pela humanidade. Para Leontiev (1978 a), o conceito de atividade está relacionado ao conceito de motivo – aquilo que incita a ação. A aprendizagem dos alunos deve ser o motivo que incita a ação, mas não é isso que geralmente ocorre quando o professor vive um processo de alienação provocado pelas condições de trabalho.

Leontiev (1978 a) afirma que existe uma hierarquização de motivos que provocam nos indivíduos determinados sentimentos e comportamentos que constituem a sua personalidade. No desenvolvimento do indivíduo algumas atividades vão se subordinando a outras. Existem, para o autor, “motivos geradores de sentido” e “motivos-estímulos”. Aqueles se referem aos motivos que impulsionam a atividade e têm um sentido pessoal; estes impulsionam a ação, mas não dão origem ao sentido. No caso do trabalho alienado, os professores são guiados por motivos estímulos, mais relacionados ao recebimento de recursos para a sobrevivência.

Essa hierarquização pode ser alterada diante do adoecimento, analisa Zeigarnik (1979; 1981), provocando uma modificação patológica da personalidade. Isso pode ser observado quando as pessoas perdem interesse por algumas atividades que realizavam, quando deixam de regular seus comportamentos, quando modificam as atitudes em relação a outros e consigo mesma, ou seja, quando ocorrem modificações na sua estrutura motivacional.

A autora observa, no caso das patopsicologias<sup>1</sup>, que as funções psicológicas superiores – tais como: atenção concentrada, memória lógica, pensamento e criatividade, entre outras – sofrem alterações. Se considerarmos, como Vygotski (1995) propõe, que essas funções estão relacionadas à constituição da personalidade dos indivíduos e a forma como se relacionam com a realidade, o

---

<sup>1</sup> Termo utilizado na União Soviética a partir do final do século XIX para se referir aos estudos relacionados à psicopatologia.

adoecimento provoca alterações tanto em sua vida particular como no entorno social.

Zeigarnik (1981, p. 200) analisa que as alterações da personalidade ocorrem devido

[...] a decomposição da estrutura das necessidades formadas no transcurso da vida. A degradação da personalidade consiste em que se altera a estrutura da própria necessidade condicionada socialmente: se converte em menos mediata, menos assimilada, se perde a estrutura hierárquica dos motivos, se modifica sua função significadora, desaparecem os motivos a longo prazo.

A autora compreende que essas alterações não decorrem somente da estrutura da personalidade dos indivíduos, mas do contexto em que esse adoecimento ocorre, e, no caso dessa pesquisa, damos enfoque nas relações de trabalho a que o professor está submetido.

Há que se fazer uma análise qualitativa das distintas formas de desintegração da psique, levando em conta os mecanismos de atividades alterados e as possibilidades de sua recuperação. Muitas vezes desconsidera-se o contexto em que são gerados os sofrimentos/adoecimentos e ocorre uma medicalização do professor, conforme veremos a seguir.

## **2. Uso de medicamento ou processo de medicalização de professores?**

No item anterior abordamos sobre o adoecimento do professor e neste item vamos discutir sobre o uso de medicamentos, ilustrando com dados de um estudo realizado com professores do Ensino Superior. As informações foram obtidas por meio de questionários respondidos por 52 docentes, no ano de 2018. A pesquisa teve como objetivo analisar a relação entre sofrimento/adoecimento do professor universitário e seu trabalho, considerando aspectos como comprometimento, resistência e alienação. No entanto, para esse artigo serão analisadas somente as informações acerca do uso de medicamentos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê Permanente de Ética e Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá (Parecer nº 83428418.5.0000.010). O questionário foi enviado para 439 professores de duas universidades públicas do Paraná, dos cursos da área de

Ciências Humanas, e obtivemos o retorno de 52. O questionário foi elaborado a partir da ferramenta Google Formulários.

Ao perguntarmos aos professores se tiveram algum problema de saúde, 33 (63,46%) responderam que sim; sete (13,46%) disseram que não e 12 não responderam à questão (23,08%). Esse adoecimento pode levar ao uso abusivo de medicamentos, no entanto esse tema tem sido pouco explorado quando se trata do trabalhador-professor. A literatura é vasta sobre o uso de medicamentos pelos alunos, principalmente para tratar dos sujeitos que têm Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), cuja recomendação medicamentosa é o uso da Ritalina.

De acordo com Itaborahy e Orteg (2013), o Metilfenidato, que é muito consumido pelos alunos, vem sendo comercializado desde os anos 1950 na Suíça, na Alemanha e nos Estados Unidos, o Brasil iniciou seu consumo a partir de 1982. Nessa especificidade, os autores concluíram que existe um excesso de prescrição do Metilfenidato em território brasileiro, e este é um tema controverso nas publicações analisadas.

No caso de pesquisas que tratam dos medicamentos nas áreas de Psicologia e Educação, há uma ampla discussão sobre o abuso do uso de Ritalina na escola, culminando em um processo de medicalização, conforme mencionam Moyses e Collares (2011). Obras organizadas por Leonardo, Leal e Franco (2017), Tuleski e Franco (2019) também vêm discutindo sobre o abuso do uso de medicamentos na escola, colocando no indivíduo a culpa por não estar aprendendo e patologizando o processo ensino-aprendizagem

Mas esse conceito de medicalização como pode ser entendido? Zorzanelli, Ortega e Bezerra Junior (2014) analisam que existem variações em torno do conceito entre os anos de 1950 e 2010. Os autores afirmam o seguinte:

Para partirmos de algum solo conceitual comum, apresentaremos as definições que tal conceito recebeu na obra do sociólogo Peter Conrad em dois de seus trabalhos, já que essas se tornaram definições padrões, mesmo que despertem controvérsias. A primeira afirma que medicalização significa “definir um comportamento como um problema médico e licenciar à profissão médica a oferta de algum tipo de tratamento para tal comportamento”. A definição mais recente guarda grande semelhança com a primeira, qual seja: “medicalização descreve um processo pelo qual problemas não

médicos passam a ser definidos e tratados como problemas médicos, frequentemente em termos de doenças ou transtornos” (p. 1860, grifos dos autores).

Partimos também dessa definição de Conrad quando entendemos que medicalizar significa definir problemas que não são biológicos, não médicos, como se os fossem. Defendemos que tal fato ocorre quando desconsideramos os fatores histórico-sociais que produzem determinadas “patologias” criadas historicamente. Entendemos tratar-se de uma criação, porque comportamentos antes não considerados patológicos vêm sendo enquadrados no Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSMs) dos últimos tempos.

Nesse aspecto, Almeida e Gomes (2014), também apresentam algumas ideias de Conrad sobre o processo de medicalização, e afirmam que na atualidade está havendo uma ampliação dos limites do patológico com a redução dos limites na normalidade, apresentando três mecanismos da dinâmica da medicalização da sociedade.

O primeiro deles “[...] refere-se à flexibilização das exigências necessárias à associação diagnóstica de determinados aspectos da vida a entidades nosológicas pré-estabelecidas [...]” (ALMEIDA; GOMES, 2014, p. 159). Os autores analisam que até o DSM IV havia normas mais precisas sobre a classificação das doenças, mas que a partir do DSM V os critérios começaram a ficar mais flexíveis, passando-se a utilizar termos como “transtornos mentais” para uma série de comportamentos que antes eram considerados não-patológicos.

O segundo mecanismo, está relacionado à criação de novas categorias nosológicas, patologizando comportamentos que antes eram considerados normais. O terceiro mecanismo “[...] refere-se à dinâmica contemporânea de estímulo, com ares de coação à prevenção através da gestão individual de ‘riscos’ à saúde” (p. 160). Essa dinâmica ocorre porque as novas demandas da realidade exigem que o normal seja ressignificado como patológico.

Para os pesquisadores, as indústrias farmacêuticas, na busca de vender mais, contribuem para essa ampliação do patológico. Corroborando com essas ideias, Rodrigues (2003, p. 15) analisa que os limites da psiquiatria biológica estão sendo ampliados continuamente, e comportamentos antes considerados como

características da personalidade dos sujeitos estão sendo convertidos em doença, ocorrendo uma “[...] progressiva compreensão neuroquímica dos fenômenos psíquicos, em que todos os dias são criadas novas patologias para as quais se busca uma solução medicamentosa”.

A quinta edição do DSM, após doze anos de vigência da edição anterior, dá prosseguimento a esse processo de patologização de diferentes questões da vida de maneira crescente, não apenas no que diz respeito ao TDAH, mas dilatando também outros transtornos já descritos e criando novas classificações nosológicas.

Em relação ao DSM V, Cruz et al (2016) também concordaram com esse posicionamento, enfatizando que o uso do DSM é critério fundamental do diagnóstico e criação de justificativas para a utilização de medicamentos.

Esher e Coutinho (2017) analisam que o crescimento excessivo no uso de medicamentos também está atrelado à necessidade de ampliar a fabricação e a comercialização de medicamentos, impedindo o uso racional de remédios, entre eles o Metilfenidato. Nesse sentido, Galindo et al (2014), a partir das ideias de Foucault, afirma que a

[...] concentração de capital das indústrias farmacêuticas e a expansão dos diagnósticos de síndromes em saúde vêm ampliando exponencialmente o número de enquadramentos diagnósticos e de processos de medicalização dos mínimos desvios sociais frente às normas. (p. 824).

Por meio dos medicamentos, sofrimentos e sentimento de frustração são logo superados. Remédios, como fluoxetinas e sertralinas, entre outros, são concebidos como pílulas mágicas, que tratam dos sofrimentos sem questionar o porquê do adoecimento.

Igualmente, Dantas (2009) compreende que o uso abusivo dos medicamentos tem sido o caminho dito mais eficiente e rápido na sociedade ocidental moderna para sanar ou amenizar problemas psíquicos ou problemas que ocorrem no cotidiano. Ela comenta que “[...] o psicofármaco aparece como uma solução técnica para eliminar nossas inquietações, diante de uma sociedade que nos impõe a necessidade de estar na condição de felicidade permanente” (p. 564)

As indústrias farmacêuticas financiam pesquisas, apoiam médicos em suas viagens e atuam diretamente sobre o consumidor mediante propagandas, propalando a ideia de que é possível comprar a “felicidade” por meio de pílulas mágicas. Conforme comentam Barroco, Facci e Moraes (2017), essas indústrias não vivem a crise econômica que as indústrias atravessam nos últimos tempos.

Esse é o caso, por exemplo, do aumento de 75% do uso do *Metilfenidato*, utilizado no tratamento do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em crianças com idade de seis a dezesseis anos, no período de 2009 a 2011, conforme dados da Agência de Vigilância Sanitária (2012). Isso demonstra o quanto essas indústrias têm interesse em disseminar a ideia de que hoje existem remédios para todas as patologias que são criadas nos DSMs, para aumentar o consumo de medicamentos.

Machado e Ferreira (2014) fizeram um resgate histórico sobre as indústrias farmacêuticas e constataram que desde 1960 são realizadas pesquisas tecnológicas nessas indústrias marcadas pela disseminação de medicamentos genéricos. Na década de 1980 a corrida era por medicamentos inovadores, período no qual surgiu na Bélgica o antidepressivo Fluoxetina, que em 1986 foi popularizada nos Estados Unidos com o nome de Prozac. Desde então as indústrias farmacêuticas continuam a buscar medicamentos, agora para síndromes e transtornos que são registrados na atualidade.

As propagandas dos medicamentos prometem sanar qualquer desajuste. De acordo com Rodrigues (2003), as indústrias, com suas propagandas, além de informar as características e vantagens de seus produtos, buscam divulgar a ideia de que a medicação pode restaurar o equilíbrio, tornando o indivíduo mais passível de ser integrado à sociedade.

Nesse ponto, segundo o autor, o médico, que obtém as informações sobre os medicamentos das próprias indústrias que os produzem, acaba reforçando a ideia da biologização do comportamento, transformando o remédio no principal instrumento de “cura” para problemas decorrentes, na maioria das vezes, da estrutura social capitalista.

Esse uso do medicamento pode ser observado nos 52 professores universitários que responderam ao questionário na pesquisa que realizamos. Destes, 32 (61, 54%) afirmaram que tomaram algum medicamento nos últimos 12 meses. Os medicamentos mais citados foram os antidepressivos (10 professores), os ansiolíticos (7 professores) e remédios para dores de cabeça (6 professores). Os demais foram para insônia, dor de cabeça, problemas cardíacos, pressão alta, antialérgicos, crises convulsivas, hipotireoidismo e dores no corpo. Alguns professores mencionaram um combinado de medicamentos.

Podemos analisar, pelas informações coletadas de forma geral nos questionários, que muitas vezes os professores, na realidade, estão tomando medicamentos para sobreviverem no campo de atuação, num processo de enfrentamento à precarização do trabalho.

O uso de medicamento, como vimos tratando, é amplamente disseminado na mídia. Vaz (2015) entende que está ocorrendo uma “venda de doença mental” em revistas semanais brasileiras, nas quais a reportagem vem sempre acompanhada de propagandas sobre os medicamentos.

As doenças são banalizadas, como se fizessem parte da vida cotidiana, e comumente recorre-se a histórias de personagens famosos que tiveram alguma patologia, mas que conseguiram superá-la pelo uso de medicamentos. Se a cura depende somente do uso do medicamento, então tenta-se convencer o leitor, a todo custo, que o problema está nele, em seu corpo, no aspecto biológico.

Barros (2002) corrobora com esse entendimento e analisa que o referencial mecanicista reforça explicações que reduzem o processo saúde-doença a uma esfera estritamente biológica, e “[...] propaga, inclusive pela mídia ou pelos sites da internet, tanto as ‘soluções’ que já vieram à luz como as que estão prestes a fazê-lo (produtos para impotência, novos antireumáticos e antidepressivos, fármacos para enxaqueca, osteoporose, obesidade ou para abandonar o hábito de fumar)” (p. 81-82).

As pessoas realmente acreditam na “força” do uso dos medicamentos. Quando os professores, em nossa pesquisa, foram interrogados sobre os pontos positivos do medicamento, obtivemos as respostas expostas no Quadro 01:

Respostas	Frequência
Normalidade/Estabilidade/Controle/Alívio dos sintomas	23
Ajuda no sono	4
Ajuda a enfrentar o cotidiano	3
Traz cuidados paliativos	3
Não toma medicamentos	2
Não responderam à pergunta	19

Quadro 1 - Efeitos positivos que o medicamento proporciona. Elaboração: Esper ((2019).

As referências aos efeitos positivos que o medicamento proporciona foram assim escalonadas: **normalidade/estabilidade/controle/alívio dos sintomas** (23 respostas); **ajuda no sono** (4 respostas); **ajuda a enfrentar o cotidiano e cuidados paliativos** (3 respostas cada). Além disso, os professores fizeram relação direta entre o uso de medicamentos e a produtividade, com as atividades que realizam no trabalho.

Antunes (2006) discorre a respeito do estranhamento no trabalho considerando que na sociedade capitalista, ao invés de se humanizar, o homem se descaracteriza, se desefetiva, não se encontra e nem se realiza na atividade que desempenha. O uso de medicamentos para a manutenção e a permanência no trabalho é uma evidência de que o trabalho perdeu sua função de humanização e, ao contrário, provoca “deformações” no sujeito.

Além disso, como é possível constatar na resposta do grupo investigado, os benefícios disseminados pela mídia foram também localizados no uso dos medicamentos. Os professores universitários informaram o quanto se sentem bem e preparados para lidar com as atividades profissionais quando estão fazendo o uso de medicamentos, mas os efeitos negativos também foram citados por eles, conforme podemos ver no Quadro 2.

Sabemos que uma sociedade fortemente medicalizada é fruto de grandes investimentos da indústria farmacêutica, que, sem considerar as reações adversas, promove o medicamento como único meio de obter o bem-estar.

Respostas	Frequência
Dependência ou risco de dependência química	6
Problemas no sono e/ou sonolência	4
Prostração / Desânimo	4
Não observa nenhum efeito negativo	4
Comprometimento da memória	2
Stress	2
Gastos financeiros	2
Intoxicação	1
Dependência da racionalidade médica	1
Agravo dos sintomas	1
Tontura	1
Comprometimento dos sentidos	1
Piora do sistema imunológico	1
Ter que regular horários	1
Problemas digestivos	1
Não elimina as causas do problema	1
Não faz uso de medicamentos	2
Não responderam à pergunta	22

Quadro 2 - Efeitos negativos que o medicamento proporciona. Elaboração: Esper (2019).

A **dependência do medicamento** foi um assunto recorrente nos questionários. Dois professores comentaram que são dependentes do medicamento, para terem condição de manter o desempenho em suas atividades. Eles afirmaram que as atividades que desempenham os adoecem, e que o medicamento não promove a real solução dos problemas, no entanto veem nele um dispositivo que auxilia a manter suas rotinas.

Numa perspectiva consumista, pela busca do bem-estar a qualquer preço, em que há a banalização das doenças e dos medicamentos, os indivíduos são levados cada vez mais ao consumo de uma quantidade enorme e variada de medicamentos. Contudo, conforme analisam Almeida e Gomes (2014), não podemos vincular o aumento do uso de medicamentos somente às forças das indústrias farmacêuticas. É preciso, principalmente, analisar as contradições que estão presentes na sociedade e que se manifestam como sofrimento e adoecimento tanto no plano do indivíduo como da coletividade.

Não podemos deixar de considerar, conforme discutimos anteriormente, que as relações de trabalho vivenciadas hoje pelos homens, as cobranças por mais produção e mais lucro, também podem levar o trabalhador a consumir medicamentos para conseguir sobreviver diante das dificuldades impostas pelo capital. Ele precisa ampliar a produção de mais-valia.

Todo esse contexto de reestruturação produtiva e a intensificação do trabalho, levam o indivíduo, aliado a uma mídia que a todo instante apresenta medicamentos “milagrosos”, ao consumo de medicamentos para ter certo alívio diante do sofrimento, tanto psíquico quanto no próprio organismo que teima em querer sucumbir.

Como comentam Almeida e Gomes (2014), tais fatos se expressam em “novos perfis epidemiológicos”. Lesões por esforços repetidos (LER), depressão e síndrome do pânico acometem os trabalhadores, tirando-lhes forças para se oporem à precarização do trabalho. Tais doenças são elencadas em documentos oficiais que tratam do adoecimento do trabalhador, conforme relatam Leão e Brant (2015).

Em nossa pesquisa, os tipos de doenças mencionados foram diversos, sendo a depressão a mais recorrente, em oito professores. Agrupando algumas respostas, atentamos para o fato de que 21 apontam problemas de nível psíquico, como **depressão, ansiedade, stress, síndrome de Burnout, insônia e problemas psiquiátricos.**

Esses dados podem ser relacionados à discussão de Facci, Urt e Barros (2018) que, em pesquisa com 20 professores readaptados da educação básica, constataram que os problemas mais frequentes de adoecimento estavam relacionados aos transtornos psíquicos, como depressão e síndrome do pânico. Dos 20 professores entrevistados pelas autoras, apenas quatro não faziam relação do adoecimento com o trabalho.

Ao discutir os transtornos de humor, Almeida (2018) considera que a depressão e a bipolaridade surgem como expressão de resistência aos estreitamentos que o modo de produção capitalista impõe ao sujeito, ou seja, a

autora estabelece uma ligação entre o modo de produção e as expressões do psiquismo. Esse ponto foi localizado entre os docentes também. Quando interrogados sobre as hipóteses para os motivos do adoecimento, obtivemos as seguintes respostas, apresentadas no Quadro 3.

Respostas	Frequência
Stress/desgaste emocional/tensão/pressão psicológica	17
Sobrecarga de trabalho	9
Relações interpessoais conflituosas na academia	6
Falta de exercício físico	4
Fatores genéticos, hereditários	4
Assumir cargo de chefia	3
Péssima infraestrutura da universidade	2
Fatores pessoais (problemas familiares)	1
Hábitos de saúde	1
Condições em que a universidade e o país se encontram	1
Falta de reconhecimento	1
Falta de perspectiva de transformação da realidade	1
Tempo prolongado sentado	1
Tempo prolongado em pé	1
Alimentação inadequada	1
Não responderam à pergunta	18

Quadro 3 - Hipóteses sobre os motivos do adoecimento. Elaboração: Esper (2019).

O maior destaque das respostas está em **estresse/desgaste emocional/tensão/pressão psicológica** (17 respostas); **sobrecarga de trabalho** (9 respostas); e **relações interpessoais conflituosas na academia** (6 respostas). Vemos no Quadro 3 que apenas dois dos tópicos apontados pelos professores não se relacionam com a docência: **fatores genéticos, hereditários** (4 respostas), e **fatores pessoais** (1 resposta). No mais, todas as respostas apontam, de alguma forma, para o contexto da docência – mesmo **falta de exercício físico e hábitos de saúde** estão relacionados, de forma indireta, com a docência.

A falta de tempo para o lazer e para cuidar de si é vista como perda da qualidade de vida do professor, e foi mencionada nos trabalhos em pesquisas realizadas por Borsoi e Pereira (2013), Leite (2017), Lemos (2011), Oliveira et al (2017), Pizzio e Klein, (2015).

Compreendemos, como Almeida e Gomes (2014), o adoecimento que culmina com o uso de medicamentos, levando a um processo de medicalização, quando consideramos um uso abusivo de remédios para lidar com questões que vão muito além do aspecto biológico – estão fortemente relacionadas com a questão do trabalho.

Segundo os autores, contradições sociais são transferidas para o campo do patológico, do biológico, e ocultam e naturalizam as verdadeiras causas do sofrimento, o que pode levar a apostar na necessidade de adaptação do indivíduo ao contexto que está inserido.

Brzozowski e Caponi (2006), igualmente, analisam que a medicalização das questões sociais leva à naturalização da vida e dos processos sociais que permeiam o comportamento dos indivíduos.

Dessa forma, explica-se um quadro complexo, que envolve questões psicológicas e sociais, apenas por meio do desequilíbrio de um ou mais neurotransmissores no cérebro. Dentro desse formato explicativo, as instâncias de poder podem facilmente ser isentas de algumas responsabilidades, tais como diminuir as desigualdades sociais ou oferecer um ensino de qualidade, que respeite as individualidades, já que os problemas estão no âmbito de doenças neurológicas, tratáveis com medicamentos. (BRZOZOWSKI; CAPONI, 2006, p. 217).

Essas situações podem levar ao adoecimento dos trabalhadores. No caso mais específico dessa doença entre os professores, podemos observar que várias pesquisas associam a problemática com a precarização do trabalho. Lemos (2011) tem o entendimento de que a precarização é decorrente da nova forma de organização do trabalho, que, como está, gera instabilidade e insegurança ao trabalhador.

Leite (2017) discute que a precarização do trabalho docente, juntamente com a competitividade e o produtivismo, se intensificam quando as transformações do mundo do trabalho são transportadas para a educação. Cortez et al (2017) pontuam que a precarização das condições de saúde e trabalho são inerentes a todos os níveis da educação e impacta diretamente a saúde do docente.

Leite e Nogueira (2017) concordam com essa assertiva e, como exemplo de condições precárias, trazem “perda de direitos previdenciários, instabilidade

contratual, aposentadorias precoces sem o devido provimento das vagas, competitividade acirrada por recursos e desvalorização do trabalho” (LEITE; NOGUEIRA, 2017, p.10). Isso leva, além de consequências na saúde do professor, à perda da qualidade do ensino superior.

Pizzio e Klein (2015) associam a precarização do trabalho ao aumento das atividades docentes e, conseqüentemente, à invasão do trabalho no universo particular. Relacionam também com a falta de estrutura física das universidades federais e identificam que essa precarização objetiva se configura como uma das fontes de mal-estar dos 130 professores que responderam seus questionários.

Ao investigar as percepções de prazer-sofrimento de 52 professores universitários, Vilela et al (2013) discutem cinco fatores que provocam mal-estar e sofrimento decorrentes da precarização do trabalho dos docentes. O primeiro diz respeito à contratação temporária de professores substitutos, que deveria ser feita por meio de concurso público; o segundo é a intensificação do trabalho, requerendo novas funções que ocasionam sobrecarga e adoecimento; o terceiro é a falta de uma representação sindical que favoreça a liberdade de expressão; o quarto, a perda do papel do professor, da autoridade, em um contexto de aluno-cliente, onde o saber é mercantilizado; e o quinto se refere à necessidade do professor se vincular a outras instituições de ensino para complementação salarial.

São pesquisas ligadas ao ensino superior que nos fazem questionar até que ponto professores não estão se tornando consumidores de medicamentos para fazer um enfrentamento às condições aviltantes de trabalho, às condições de desumanização e não humanização do trabalho.

Facci et al (2017), ao pesquisarem sobre o uso de medicamentos entre professores da educação básica, também constataram que estes atribuem à precarização do trabalho a responsabilização por suas doenças. Dos professores que participaram da pesquisa, 51% estabeleceram relação com as atividades profissionais executadas, 7% consideraram que tinham uma relação parcial e o restante não estabeleceu relação entre estes dois aspectos.

Entendemos que está havendo um processo de medicalização entre os professores, considerando que problemas individuais passam a explicar o adoecimento, que, do nosso ponto de vista, são decorrentes das condições de trabalho e da forma como as relações ensino-aprendizagem foram se constituindo historicamente.

O fato de adoecer não é intrínseco ao sujeito; ele é situado, datado, em uma época na qual o trabalho está flexibilizado. Existe um número elevado de professores que tem vínculos temporários, há pouco investimento financeiro na educação, professores são cobrados em relação ao desempenho dos alunos, mas têm pouca oportunidade de ser instrumentalizados, entre outras mazelas que permeiam o ato de ensinar.

Professores, como vimos, fazem uso de medicamentos, trazendo para si a responsabilidade por estarem adoecidos, no entanto sabemos que esse contexto produz sujeitos doentes, em sofrimento e com pouca possibilidade de desenvolvimento de potencialidades em um trabalho alienado.

### **Considerações finais**

Chauí (2001) explica que desde 1970 as universidades estão sendo guiadas por políticas neoliberais, quando o capitalismo se deparou com algo inédito até então: baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação. A partir daquela data, começou a haver, entre outros pontos, a quebra do poder dos sindicatos, dos movimentos operários, o corte dos encargos sociais e o incentivo aos investimentos privados, reestruturando toda a forma de cobrança de impostos, privilegiando as grandes fortunas. Cada vez mais o professor dispõe de menos espaço coletivo para empreender lutas em defesa do ensino e de condições de trabalho que promovam o seu desenvolvimento e de seus alunos.

As universidades públicas, atualmente, vêm sofrendo cortes financeiros e tem vivenciado a proposição e efetivação de políticas educacionais que desvalorizam o conhecimento e, conseqüentemente, o trabalho do professor. As leis que norteiam o trabalho, de forma ampla, amparada pelo modelo neoliberal,

imperava na universidade, com privatização e terceirização de funções. A educação, que deveria ser garantida como direito de todos na apropriação dos conhecimentos científicos, tornou-se uma mercadoria. Produtivismo, competição entre pares, excesso de atividades a serem realizadas, entre outras mazelas, estão presentes no Ensino Superior, principalmente na Pós-Graduação.

A educação como mercadoria foi discutida e duramente criticada por Chauí (2001). Com a reforma do ensino, a autora explica que esta passou a ser encarada como adiestramento de mão-de-obra para o mercado, desvinculando-a do saber. A educação foi concebida como capital, um investimento, e deve gerar lucro social. A universidade, então, tornou-se uma grande empresa, e o conceito de produtividade, próprio do âmbito empresarial, entrou com força no meio universitário.

As contradições entre o que é postulado como finalidade e o que ocorre nas universidades são enormes, e o entendimento da finalidade do trabalho tanto do professor quanto da universidade é obstaculizado, não consegue ser alcançado, por causa do desmantelamento da educação – característica do neoliberalismo. Insegurança, temor diante dos direcionamentos dados, em termos federais e estaduais, à educação interferem na saúde mental do docente, principalmente neste momento atual, no qual estamos escrevendo esse artigo, diante da pandemia, do Covid-19.

O professor, no contexto de luta pela sobrevivência no trabalho, recorre muitas vezes, ao uso de medicamentos. O significado da educação, que deveria ser a transmissão-apropriação dos conhecimentos científicos, não é o mesmo sentido que o professor, frequentemente, tem em relação ao seu trabalho: desenvolve sua prática para sobreviver. Ocorre então uma ruptura, causando a alienação, conforme podemos ver nas ideias defendidas por Leontiev (1978) quando trata da relação entre sentido e significado.

Conforme mencionam Mezzari, Facci e Leonardo (2019), nesse processo de alienação há uma ruptura entre o significado da função do professor e o sentido dado à sua prática profissional, porque não lhe são oferecidas condições para ministrar conteúdos importantes que irão fundamentar sua práxis. O foco principal

tem sido um ensino raso e rápido, que forma profissionais sem capacidade de questionamento e enfrentamento dos problemas sociais.

Nesse momento, é de suma importância retomarmos a compreensão que temos do termo **medicalização**. Franco, Tuleski e Eidt (2016) compreendem-no como o processo de conferir a aparência de um problema de saúde a problemas que, na verdade, manifestam questões de ordem social. Assim, os professores que estão passando pelo processo de adoecimento – cuja origem, em sua maioria, é entendida pela Psicologia Histórico-Cultural como de ordem social – passam por intervenções de natureza apenas biológica, o que, sem dúvida, faz com que tal intervenção seja ineficiente.

Barroco, Facci e Moraes (2017) afirmam que, de modo geral, a medicalização encontra rico espaço em nossa sociedade porque é uma forma de tratar os problemas sociais de forma individual e culpabilizante, o que implica no não questionamento das diferenças sociais, e sim sua legitimação. Professores, muitas vezes, mesmo, tendo consciência das condições objetivas que levam ao adoecimento, ainda continuam achando que o problema se centra em sua incapacidade de lidar com os problemas que ocorrem no dia a dia na universidade.

Em uma sociedade de relações doentias, desconfortáveis e inadaptáveis, na qual o homem é explorado ao seu máximo e o acesso ao que é conquistado pela humanidade se restringe a uma pequena parcela de sujeitos, torna-se “necessário” criar medicamentos que tragam certo bem-estar social. Em suma, o uso de medicamentos não se restringe ao contexto educacional, mas se amplia para uma medicalização da vida, como forma de enfrentamento aos problemas que a vida cotidiana impõe.

Encontramos, nos pressupostos da Psicologia Histórico-Cultural, uma nova forma de enfrentamento da medicalização da vida, qual seja, compreender a natureza socio-histórica do psiquismo humano e suas implicações em nossa forma de atuar como psicólogos, médicos, professores e demais profissionais. Quando compreendemos que o homem se faz e se desenvolve nas e pelas relações com os outros homens, percebemos que muito do que é explicado como mal

desenvolvido biologicamente tem, na verdade, raízes na forma como o sujeito é impulsionado a se desenvolver.

Vigotski (2000) analisa que, por meio da transmissão-apropriação dos conhecimentos científicos, os homens desenvolvem a capacidade de compreender o mundo, de fazer generalizações, transformando tanto o conhecimento que têm da realidade como a forma de compreender a sociedade. Ao trazermos essa discussão para o contexto das universidades, vemos que o sistema de trabalho ao qual os professores estão submetidos os tem levado ao adoecimento e à incapacitação para cumprir sua função principal de ensinar, de se desenvolver e promover o desenvolvimento nos alunos.

A medicalização nos ambientes escolares e universitários é um fenômeno muito recorrente, cuja explicação se funda em múltiplas determinações: sua historicidade, as razões de sua recorrência e as necessidades que criaram. Entendemos que uma forma frutífera de explicá-lo e enfrentá-lo é analisando o psiquismo humano com base em sua real formação, sua formação socio-histórica.

A partir do que foi exposto, compreendemos que o sofrimento e o adoecimento são uma forma de reação do sujeito aos obstáculos que encontra em seu processo de desenvolvimento, e que uma das maneiras recorrentes de “solucioná-los” tem sido a medicalização. Entendemos também que as motivações dos professores interferem em sua prática pedagógica. Não se trata, porém, de uma motivação pessoal, individualizada, mas sim construída socialmente no indivíduo.

A pesquisa realizada, do nosso ponto de vista, necessita, ainda, trazer mais elementos não somente para compreender como em que condições esse adoecimento ocorre, mas para pensarmos formas de enfrentamento a esse adoecimento. É premente que os professores tenham espaços coletivos para poderem expressar o sofrimento. Somente na coletividade será possível encontrar caminhos que proporcionem ao professor lutar por melhores condições de trabalho, superando as condições alienantes impostas na defesa de manutenção da sociedade da forma que se apresenta na atualidade.

## Referências

AGÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Prescrição e Consumo de Metilfenidato no Brasil: identificando riscos para o monitoramento e controle sanitário. **Boletim de Farmacoepidemiologia**, ano 2, n.2, 2012.

ALMEIDA, Melissa Rodrigues; GOMES, Rogerio Miranda. Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde doença. **Nuances**: estudos sobre Educação, Presidente Prudente, SP, vol. 25, n.1, p. 155-175, jan./abr. 2014. Disponível em:  
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewArticle/2728>

ALMEIDA, Melissa Rodrigues. **Formação social dos transtornos do humor** (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina de Botucatu, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Botucatu, SP, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Os exercícios da subjetividade: as reificações inocentes e as reificações estranhadas. **Caderno CRH**. Salvador, v. 24, n.37, p.119-129, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a09v24nspe1.pdf>

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2006.

BARROCO, Sonia Mari Shima; FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MORAIS, Renata Jacinto Siqueira. Posicionamento da Psicologia ante o Crescimento da medicalização. *In*: LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; LEAL, Zaira Fatima Rezende Gonzalez; FRANCO, Adriana Fátima (orgs.). **Medicalização da educação e psicologia histórico-cultural**: em defesa da emancipação humana. Maringá, EdUEM, 2017.

BARROS, Jose Augusto. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? **Saude soc.**, Sao Paulo, v. 11, n.1, pp.67-84, jan.jul./2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902002000100008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902002000100008)

BORSOI, Isabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Favillio Silva Professores do ensino público superior: produtividade, produtivismo e adoecimento. **Universitas Psychologica**, Bogotá, v. 12, n.4, pp. 1213-1235, 2013. Disponível em:  
[http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-92672013000400018&script=sci\\_abstract&lng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1657-92672013000400018&script=sci_abstract&lng=pt)

BRZOSOWSKI, Fabiola Stolfi; CAPONI, Sandra Noemi Curucullo. Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos.

**Psicologia ciência e profissão**, Brasília, v.33, n1, pp.208-221, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n1/v33n1a16.pdf>

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CORTEZ, Pedro Afonso; RODRIGUES, Marcos Vinícius; AMARAL, Laura de Oliveira; SILVA, Luiz Carlos Avelino. A. et al. A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos Saúde coletiva**, v.1, n.25, p.113-122, mar./ 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2017000100113&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-462X2017000100113&script=sci_abstract&lng=pt)

CRUZ, Murilo Galvao Amancio; OKAMOTO, Mary Yoko.; FERRAZA, Daniele de Andrade. O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores. **Interface**, Botucatu, v. 20, n.58, pp. 703-714, set./2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/icse/v20n58/1807-5762-icse-1807-576220150575.pdf>

DANTAS, Jurema Barros. Tecnificação da vida: uma discussão sobre o discurso da medicalização da sociedade. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n.3, p. 563-580, set./dez./2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v21n3/11.pdf>

ESHER, Angela; COUTINHO, Tiago. Uso racional de medicamentos, farmacêuticalização e usos do metilfenidato. **Ciências saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n.8, p.2571-2580, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n8/1413-8123-csc-22-08-2571.pdf>

ESPER, Marina Beatriz Shima Barroco. **Sofrimento/adoecimento do professor universitário e relações de trabalho**: estudo a partir da psicologia histórico-cultural. Dissertação de mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, 2019.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha; BARROS, Ana Tereza Fernandes. Professor readaptado: a precarização do trabalho docente e o adoecimento. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 22, n.2, p. 281-290, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v22n2/2175-3539-pee-22-02-281.pdf>

FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MEZZARI, Diana Priscila de Souza.; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; URT, Sonia da Cunha. Uso de medicamentos ou medicalização dos professores? Uma discussão sobre as relações de trabalho e adoecimento. *In*: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; URT, Sonia da Cunha (orgs.). **Precarização do trabalho, adoecimento e sofrimento do professor**. Piauí, EdUFPI, 2017.

FRANCO, Adriana de Fátima; TULESKI, Silvana Calvo; EIDT, Nadia Mara. O uso de medicamento controlado na educação infantil: um retrato preliminar do terceiro maior município paranaense. *In*: CAMPOS, Herculano Ricardo, SOUZA, Marilene Proença Rebello; FACCI, Marilda Gonçalves Dias (orgs.). **Psicologia e políticas educacionais**. Natal, EdUFRN, 2016.

GALINDO, Dolores; LEMOS, Flavia Cristina Silveira.; LEE, Henrique de Oliveira; RODRIGUES, Renata Vilela. Vidas Medicalizadas: por uma Genealogia das Resistências à Farmacologização. **Psicologia ciência e profissão**, v. 34, n.4, p. 821-834, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v34n4/1982-3703-pcp-34-4-0821.pdf>

ITABORAHY, Claudia; ORTEGA, Francisco. O metifenidato no Brasil: uma década de publicações. **Ciências saúde coletiva**, v.18, n.3, p.803-816, mar./2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n3/26.pdf>

LEAO, Luis Henrique da Costa; BRANT, Luiz Carlos. Manifestações de sofrimento: dilemas e desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. **Physis**, v.25, n.4, p.1271-1292, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v25n4/0103-7331-physis-25-04-01271.pdf>

LEITE, Andrea Ferreira; & NOGUEIRA, Julia Aparecida Devidé. Fatores condicionantes de saúde relacionados ao trabalho de professores universitários da área da saúde: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 42, n. 6, p.1-15, mai./2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbso/v42/2317-6369-rbso-42-e6.pdf>

LEITE, Janere Luzia. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n.2, p. 207-215, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/1414-4980-rk-20-02-00207.pdf>

LEMOS, Denise. Trabalho docente nas universidades federais: tensões e contradições. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, p. 105-120, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24nspe1/a08v24nspe1.pdf>

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **Actividad, Conciencia y Personalidad**. Buenos Aires: Ediciones Ciencias del Hombre, 1978a.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978b.

LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro; LEAL, Zaira Fatima Rezende Gonzalez; FRANCO, Adriana Fátima (orgs.). **Medicalização da Educação e Psicologia Histórico-cultural**: em defesa da Emancipação Humana. Maringá: EdUEM, 2017.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens**: trabalho e ser social. 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

MACHADO, Leticia Vier Machado; FERREIRA, Rodrigo Ramires. A indústria farmacêutica e psicanálise diante da “epidemia de depressão”: respostas possíveis. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n.1, p. 135-144, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v19n1/14.pdf>

MARKUS, Gyorgy. **Teoria do conhecimento no jovem Marx**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

MARTINS, Ligia Márcia. O sofrimento e /ou adoecimento psíquico do(a) professor(a) em um contexto de fragilização da formação humana. **Cadernos CEMARX**, Campinas, n.11, p. 127-144, 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica a economia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MEZZARI, Diana Priscila de Souza; FACCI, Marilda Gonçalves Dias; LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. Medicalização entre professores: formas de enfrentamento aos dilemas do trabalho na educação? *In*: TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana Fátima. **O lado sombrio da medicalização na infância: possibilidades de enfrentamento**. Rio de Janeiro: Nau, 2019.

MOYSÉS, Maria Aparecida; COLLARES, Cecília. O lado escuro da dislexia e do TDAH. *In*: FACCI, Marilda Gonçalves Dias; MEIRA, Marisa Eugenia Melillo; TULESKI, Silvana Calvo (orgs.). **A exclusão dos incluídos**: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: EDUEM, 2011.

NETTO, Nilson Berenchtein.; CARVALHO, Bruno Trabalho, universidade e suicídio: uma análise da precarização/intensificação do trabalho docente desde o materialismo histórico-dialético. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 67-85, 2015.

OLIVEIRA, Amanda da Silva Dias Oliveira; PEREIRA, Maristela de Souza Pereira; LIMA, Luana Mundim Trabalho, produtivismo e adoecimento dos docentes nas universidades públicas brasileiras. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 21, n.3,

p. 609-619, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-609.pdf>

PIOLLI, Evaldo; SILVA, Eduardo Pinto; HELOANI, José Roberto M. Plano Nacional de Educação, autonomia controlada e adoecimento do professor. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 35, n.97, p. 589-607, set./dez.2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v35n97/1678-7110-ccedes-35-97-00589.pdf>

PIZZIO, Alex; KLEIN, Karla. Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 36, n.131, p. 493-513, abr./jun.2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00493.pdf>

RODRIGUES, Joelson Tavares. A medicação como única resposta: uma miragem do contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, Maringá. v. 8, n.1, p.13-22, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pe/v8n1/v8n1a03.pdf>

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

TREIN, Eunice; RODRIGUES, José. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 48, p. 769- 792, set./dez.2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a12.pdf>

TULESKI, Silvana Calvo; FRANCO, Adriana Franco. **O lado sombrio da medicalização na infância: possibilidades de enfrentamento**. Rio de Janeiro: Nau, 2019.

TUMOLO, Paulo Sérgio; FONTANA, Klalter. Bez Trabalho docente e capitalismo: um estudo crítico da produção acadêmica da década de 1990. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n102, p. 159-180, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a0929102.pdf>

VAZ, Paulo. Do normal ao consumidor: conceito de doença e medicamento na contemporaneidade. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XVIII, n.1, p. 51-68, jan/jun 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/agora/v18n1/1516-1498-agora-18-01-00051.pdf>

VILELA, Elenita Fátima; GARCIA, Fernanda Coutinho; VIEIRA, Adriane. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 517-540, mai./ago.2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/read/v19n2/v19n2a10.pdf>

VIGOTSKI, Lev Semyonovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **Obras escogidas III: problemas del desarrollo de la psique**. Madrid: Visor Distribuciones, 1995.

ZEIGARNIK, Bluma Wolfonna. **Introducción a la Patopsicología**. La Habana: Científico Técnica, 1979.

ZEIGARNIK, Bluma Wulfovna. **Psicopatología**. Madri: Akal Editor, 1981.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira; ORTEGA, Francisco; BEZERRA JUNIOR, Benilton. Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. **Ciênc. saúde coletiva**, v.19, n.6, pp.1859-1868, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v19n6/1413-8123-csc-19-06-01859.pdf>

## DADOS SOBRE AS AUTORAS

MARILDA GONÇALVES DIAS FACCI é doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Araraquara, professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e professora visitante da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

*E-mail: mgdfacci@uem.br*

MARINA BEATRIZ SHIMA BARROCO ESPER é mestra em Psicologia na linha de pesquisa de Desenvolvimento Humano e Processos Educativos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

*E-mail: marina.shima@gmail.com*

**Recebido em: 30.04.2020**  
**Aceito em: 02.06.2020**